



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal PEDRO CAMPOS

REQUERIMENTO Nº , DE 2026

(Do Sr. PEDRO CAMPOS)

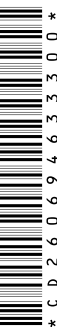
Solicito que seja convocada a Sra. Ministra da Casa Civil, Sra. Miriam Belchior a fim de prestar esclarecimentos sobre a execução e a continuidade dos investimentos decorrentes da desestatização da Eletrobras destinados à revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50 da Constituição Federal e na forma do art. 219, §1 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a convocação da Sr. Ministra da Casa Civil, Sra. Miriam Belchior, a comparecer a esta comissão, a fim de que preste as informações devidas sobre a execução e a continuidade dos investimentos decorrentes da desestatização da Eletrobras destinados à revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

JUSTIFICAÇÃO

A política de revitalização da Bacia do Rio São Francisco passou a contar, nos últimos anos, com uma fonte relevante de financiamento oriunda da desestatização da Eletrobras, destinada à implementação de ações estruturantes em segurança hídrica, saneamento básico e recuperação ambiental. A adequada aplicação desses recursos depende não apenas da atuação setorial dos órgãos executores, mas também de uma coordenação eficaz no âmbito do Governo Federal, capaz de assegurar alinhamento institucional, previsibilidade e continuidade das ações.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Federal PEDRO CAMPOS

No entanto, observa-se a emergência de incertezas quanto à execução desses investimentos, especialmente diante de interpretações que associam a existência de concessões de serviços de saneamento à eventual desnecessidade de aportes públicos, o que pode impactar diretamente a continuidade de projetos já aprovados e comprometer a efetividade da política pública. Esse cenário evidencia a necessidade de maior clareza quanto às diretrizes que orientam a atuação governamental e quanto ao papel da Casa Civil na articulação e na definição de prioridades estratégicas.

Considerando a competência da Casa Civil na coordenação e integração das ações governamentais, bem como na definição de diretrizes para a implementação de políticas públicas de caráter transversal, torna-se essencial que esta Comissão possa obter esclarecimentos acerca das decisões que vêm sendo adotadas no âmbito do Poder Executivo, especialmente no que se refere à garantia de continuidade dos investimentos e à compatibilidade entre diferentes instrumentos de financiamento.

A convocação da Ministra se justifica, portanto, pela necessidade de assegurar transparência, coerência e efetividade na condução de uma política pública de elevada relevância nacional, cujos impactos recaem diretamente sobre milhões de brasileiros que dependem da vitalidade da Bacia do São Francisco.

Sala das Sessões, em de de 2026.

Deputado PEDRO CAMPOS
PSB/PE

